

vida mundial

N. 1847 6/2/1975

ECONOMIA PORTUGUESA:
REVOLUÇÃO SEM AUSTERIDADE?



REFORMA AGRÁRIA: ANO ZERO

CONTINENTE E ILHAS: 10\$000 FRANÇA 4 fr. CANADA 85 cts.
POR AVIÃO: ANGOLA 17\$50 - MOÇAMBIQUE 20\$00

PP.VM

SID... DE CO...
RO DE...
DE...
25 DE ABRIL

QUEM TEM MEDO DOS DESERTORES?

Ao abrigo das páginas pobres da Imprensa pobre, embora nem toda a extrema-esquerda (ou a maior parte dela mesmo) não esteja interessada em tematizar a questão, pequenos grupos, colectivos de ocasião, subscritores de abaixo-assinados de circunstância, reunindo todos desertores e refractários do Exército, têm vindo a tentar fazer ouvir a sua voz sobre os problemas que, por força da sua situação legal, lhes dizem directamente respeito.

Homens que desertaram para não fazer a guerra colonial, outros que foram refractários, não só por força da guerra como por aquilo a que se pode chamar "objecções de consciência" contra a prestação de serviço militar obrigatório, outros ainda por estas razões acrescidas, mescladas de outras — homens que agora, abstraindo mesmo de tudo o mais, têm anos de exílio e situações familiares perante as quais a prestação de serviço militar será incomportável em termos meramente práticos — não se compreende por que cláusula respeitante a que "consolidação da democracia" não devem ser ouvidos neste país em que desde o poder político às direcções dos órgãos de Informação, passando pelo M. F. A., todos os postos decisivos se legitimam como democráticos.

Não nos cabe a nós, como a ninguém, emitir juízos exteriores de valor sobre o modo como a luta dos desertores e refractários está a ser conduzida. Não se trata de saber se é "reformista" ou "esquerdista" na sua apresentação ideológica. Tanto mais que as vozes são muitas, indo da simples aspiração a ver reconhecida a deserção e os anos de exílio como actos políticos à objecção de consciência contra o serviço militar obrigatório ou à oposição à existência de um exército profissional regular. O traço comum a todos os casos é a recusa, por parte de desertores e refractários de antes de 25 de Abril, da obrigação de prestarem agora o serviço militar. A vontade comum dos signatários do "Apelo aos Desertores, Refractários e Anticolonialistas", que a seguir publicamos, é a de que os interessados nesta questão a possam discutir ampla e publicamente, como parece que a vigência de princípios democráticos exige.

Além do apelo, subscrito por um grupo que já assinara uma carta-aberta ao Estado-Maior General das Forças Armadas, publicamos também uma carta individual (cujos subtítulos são da nossa responsabilidade) de um ou outro desertor, que não faz parte do grupo signatário desse documento e que, portanto, deve ser entendida como um testemunho pessoal sobre uma situação social pessoalmente vivida e perspectivada.

MIGUEL SERRAS PEREIRA

110 MIL RECUSAS

Nesta sociedade portuguesa que discute vários projectos políticos, nesta sociedade portuguesa que o 25 de Abril liberalizou, nós somos o cancro desconhecido a nível oficial. Não existem, no Governo Provisório, laboratórios em que se estudem remédios para este mal.

Desde que o exército português foi rapidamente e em força para Angola, jovens se recusaram a fazê-lo. Ao fim de longos 13 anos, éramos, segundo números oficiais (divulgados em Maio), 110 000. Éramos 110 mil opções individuais. Éramos 110 mil histórias, 110 mil fugas. Durante 13 anos, de norte a sul de Portugal, atomizadas pela repressão, vinte vezes cada dia disseram ao amigo mais íntimo, à companheira: é amanhã. E fomos abalando. Uns para sempre, outros com a ideia de voltarem em breve; alguns tristes, outros desesperados;

outros... 110 mil histórias, 110 mil casos. 110 mil vezes o acto de insubmissão à política governamental se repetiu. E as 110 mil fugas atomizadas eram já um movimento.

PÁTRIA, LUGAR DE EXÍLIO

Ilegalizados no seu próprio país, 110 mil jovens portugueses tinham, conseqüentemente, maiores dificuldades de legalização no estrangeiro. Extremamente vulneráveis, pela sua condição de malditos em Portugal, são, com certeza, sem conta os casos de expulsão deste ou daquele país, de arbitrariedades legais, de chantagem e ameaças a que esta massa exilada esteve sujeita. Qualquer participação mais ou menos política, mais ou menos social, no país que habitava, era uma má informação para a polícia local, que vigiava de perto esta

camada que, pela sua própria condição, era particularmente disponível a um certo número de aventuras. Viu-se em Maio de 68, quando em França, devido à sua participação em greves e manifestações de rua, jovens portugueses foram recambiados para Portugal. Outros tiveram mais sorte e puderam escolher a fronteira belga ou suíça. O que as várias polícias tinham cheirado revelava-se real: nenhum agrupamento de esquerda ou extrema-esquerda português ignorava os desertores e refractários. Alguns fizeram mesmo deles a sua quase exclusiva base de recrutamento. Nas mais variadas formas de luta e subversão social em França, na Itália, na Bélgica, na Holanda, na Suécia, era inevitável encontrar portugueses desertores ou refractários. Isto verifiquei-o todos os dias durante três anos que vivi em França.

Um reflexo importante desta massa exilada era o crescente mal-estar e antipati-

pela guerra que se infiltrava na pequena e média-burguesia portuguesa. Muitas destas famílias tomavam pela primeira vez contacto com a realidade política do país em que viviam no momento em que essa realidade levava ao afastamento de um dos seus membros. Cada deserção tinha invariavelmente como consequência que os membros dessa família passassem, se o não eram já, a ser declaradamente contra a guerra colonial e, directa ou indirectamente, antgovernamentais.

Um português em cada 85 estava no estrangeiro por problemas militares. De uma ponta a outra do país, em todas as classes sociais, a guerra era um flagelo e um espectro. Era ela que havia de derrubar o regime.

O PAÍS MAIS LIVRE DO MUNDO?

Com o 25 de Abril, e após uns instantes de dúvida, tudo pareceu resolver-se. De

qualquer forma, e sem esperar por decisões oficiais, no dia 28 começámos a chegar. No Primeiro de Maio já encontrei pela rua muitas caras conhecidas. Amnistiados, fomos chegando e partindo por Maio fora.

Raros foram os que por cá ficaram desde logo: quase todos voltamos a sair após uma, duas, quatro semanas em Portugal. Quanto mais não fosse, havia, nos países onde tínhamos vivido ao longo de vários anos, as raízes que tínhamos criado. Todos se lembrarão do clima de alegria e de liberdade em que Portugal vivia em Maio. Compreenderão como era custoso partir e trocar este ambiente de euforia por um emprego ou um curso em Paris. Mas não só isso nos obrigava a partir. Tínhamos chegado totalmente desprotegidos e sem saber com o que poderíamos contar. Lembro-me, a camioneta parada na fronteira, só caras jovens nos passaportes novinhos em folha, passados dois dias antes em Paris contra a vontade do cônsul. Hesitação e três longos minutos. A



meia-noite, duas dezenas de fantasmas ressuscitavam. O nosso aspirante estava atrapalhado e não sabia o que havia de fazer. Nessa altura nós não suspeitávamos que, quase um ano depois, continuaríamos a ser fantasmas. Várias centenas de nós caíram de pára-quadras em Portugal. E o Governo fechou os olhos à nossa presença até 15 de Maio. Continuámos a chegar — e o Governo decretou que ia fingir que não sabia de nada — até ao fim do mês.

Nós, que conhecíamos alguns países, não conhecíamos nenhum tão livre como Portugal de Maio. Quando saímos, em 31 de Maio, levávamos uma ideia: voltar. Porque, depois de termos estado em Maio em Portugal, tudo nos parecia fácil. A vaga de greves, que, de um momento para o outro, varria Portugal; a crise de autoridade que a cada passo era visível; o pôr em causa de instituições (lembro o G. I. P. A., lembro os debates ecológicos); a Imprensa extremamente ofensiva e repleta de gulodices; o facto de homens que tinham compartilhado connosco o exílio político ou militar estarem agora no Governo, tudo isso nos fazia sentir acompanhados — e que num país em que tudo isto era quotidiano, o nosso problema era de fácil resolução.

Tudo isto, e ainda a certeza de que Portugal viria a ser, no mínimo, como sistema político, uma França ou uma Suécia, venceu em toda a massa exilada a ideia de, a curto ou a longo prazo, voltar para Portugal.

Os 110 mil homens de que temos vindo a falar não são uma massa homogénea. Para o compreender é preciso dizer que não se tratou de um movimento organizado de que a massa seguisse as palavras de ordem, mas, pelo contrário, o que existiu foi a multiplicação de um acto individual e espontâneo que, por politicamente ter a

CARTA-ABERTA AO ESTADO-MAIOR GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS

Os abaixo assinados vêm junto do Estado-Maior General das Forças Armadas expor a situação em que se encontram.

Somos desertores e refractários que se opuseram à política colonialista muito antes do 25 de Abril, o qual veio confirmar a justeza da nossa atitude.

A recusa de participação na opressão colonial por parte de milhares de desertores e refractários, independentemente até das suas motivações, foi um factor que contribuiu inegavelmente para a hora de descolonização actual. Assim, consideramos o exílio a que fomos forçados como um contributo — o nosso “tempo de tropa” — para a solução do problema colonial.

Não podemos deixar de assinalar que o exílio não constitui, de forma alguma, uma planificação da nossa vida social; antes pelo contrário. E que a idade da maioria de entre nós se situa hoje entre os 25 e os 35 anos, na generalidade com família constituída e os encargos daí decorrentes. Pretender agora interromper a nossa inserção profissional e social não pode deixar de constituir um fardo intolerável para a nossas vidas. A partir de uma certa idade — que para nós não está longe — a sociedade não nos alimenta se até então a não tivermos alimentado.

Não pretendemos beneficiar de um estatuto de privilegiados. Reivindicamos um direito, convencidos de que ele nos assiste:

— Que os que recusaram na devida

altura servir o exército, porque este era então utilizado ao serviço da política colonialista do regime deposto pelo 25 de Abril, não sejam agora forçados a cumprir um novo tempo de serviço, medida francamente injusta e punitiva.

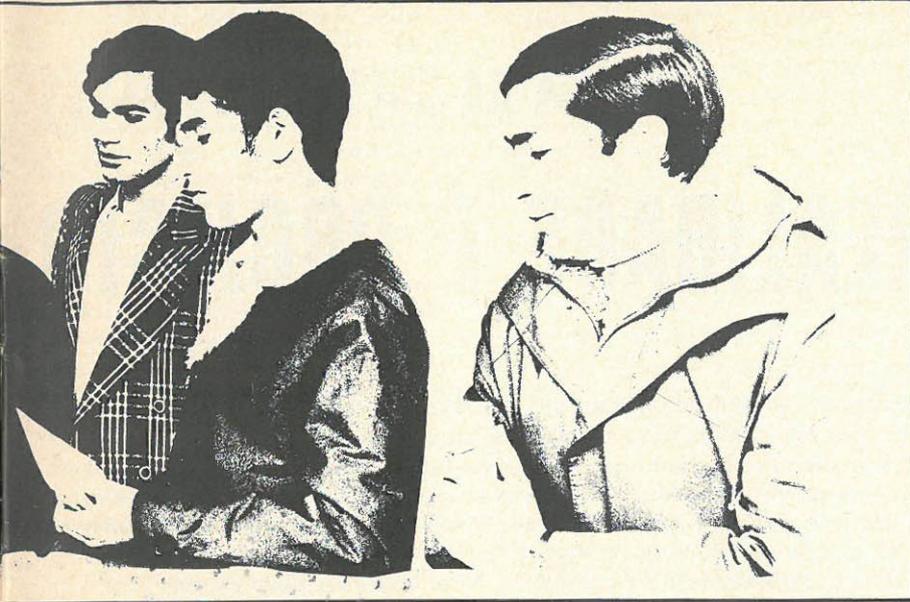
Sublinhamos que esta nossa posição, tendo como finalidade a defesa do que explicitámos, não pretende interferir de forma alguma nos princípios que enformam o regulamento militar. Mas, por outro lado, se nos pretendem apresentar o velho argumento da “razão da lei”, argumentaremos que também os mentores do 25 de Abril tiveram de optar, tal como nós o havíamos feito, pela lei da razão contra a razão da lei.

Esperamos e pedimos insistentemente que uma resposta, o mais concreta possível, nos seja dada. Constituiria, para aqueles que a isso se vissem forçados, uma dura decisão ter de optar de novo pela deserção, como única alternativa para os problemas que enfrentamos.

Declaramos ainda que nos encontramos na disposição de prestar todos os esclarecimentos julgados necessários, quer às entidades competentes quer publicamente.

Lisboa, 12 de Dezembro de 1974

António Vieira Caeiro
Artur Silveira da Cunha
Fernando Almeida Ribeiro
José Augusto Silva Marques
Júlio Henriques
Luís Matias
Manuel Abreu
Manuel Carvalho
Manuel Gomes



mesma incidência, acabou por vir a ter grande repercussão na sociedade portuguesa. Com efeito, não se tratou de uma tomada de posição ideológica ou partidária mas de resistência passiva ou activa cujo denominador comum era furtar-se à cangalha que queriam pôr-lhes às costas. Quem andou na tropa sentiu muitas vezes como se tornava intolerável a autoridade quase ilimitada dos oficiais. Era o "rasteja até mim", era o "paga vinte", era acordarem-nos às tantas da manhã, eram muitas coisas, tantas como o número de rodas dentadas de uma máquina de destruir homens. Essa máquina personificada por nós naquele oficial, naquele sargento, era ao fim e ao cabo o próprio Estado.

MILHARES DE RAZÕES

Houve milhares de razões para que 110 mil jovens recusassem ser carne para canhão numa guerra ou carne picada por um quotidiano militarista. As milhares de razões passavam pelo partido único e pela hierarquia militar, pela guerra colonial e pelo pré de miséria. Na tropa costumávamos dizer que "quem se lixa é o mexilhão". Mas o mexilhão pôs-se nas putas e foi fazer pela vidinha para outras bandas e não para Angola. E quem se lixou foi o Caetano.

Na sua heterogeneidade, esta massa alegrou-se com o 25 de Abril. Uma parte da sua vida estava-lhes coarctada. Tendo, em média, vivido vinte anos num país, eis que os amigos dessa terra, a família, um quotidiano, lhes estavam vedados. A 25 de Abril, muitos de nós tiveram a certeza, outros a esperança, que essa prepotência estatal se esfumaria.

Na heterogeneidade desta massa, heterogeneidade aos mais diversos níveis: político, social, económico, um aspecto era

APELO AOS DESERTORES, REFRACTÁRIOS E ANTICOLONIALISTAS

Considerando:

1. — que o processo de descolonização está praticamente terminado;
2. — que é indispensável uma definição política do acto de deserção e refracção à guerra colonial;
3. — que a actual lei em vigor, publicada antes do 28 de Setembro e antes do começo efectivo da descolonização, conhecida por Lei da Amnistia aos Desertores e Refractários, explicitamente pressupõe como crime o acto de deserção e refracção à guerra colonial;
4. — que os desertores e refractários, principais interessados no debate para uma solução do problema, não têm para isso contribuído com a sua opinião publicamente expressa;
5. — que segundo informações obtidas os poderes constituídos estão empenhados na redacção de uma nova legislação e que a opinião dos interessados, assumida de uma forma pública é um contributo indispensável para uma legislação correcta,

APELAMOS todos os desertores, refractários e anticolonialistas, quer em Portugal quer no estrangeiro, a manifestarem-se nos órgãos de Informação com o fim de contribuírem para uma discussão mais pública, mais clarificadora, do problema da deserção e refracção.

Lisboa, 21/1/75

OS SIGNATÁRIOS DA
CARTA-ABERTA AO ESTADO-MAIOR
GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS

comum — não poderem voltar a Portugal. Nove meses após o golpe de Estado, a liberdade do desertor e refractário português continua a ser condicionada pela amnistia-aborto saída em Maio da Junta de Salvação Nacional de má-memória. Embora de frente popular, o Governo ainda não chegou ao que a direita ou o centro-esquerda já instituiu em toda a Europa: a objecção de consciência e política. Quem fez a amnistia "esqueceu-se" que, nesta massa de 110 mil homens, muitos constituíram família e não é com o vencimento mensal que ganham na tropa que a sustentam; "esqueceu" que estes homens viveram numa sociedade diferente durante x anos, conforme os casos, e que não é agora, ao fim de experiências tão diferentes, alguns com 35 anos, que vão marcar passo para Leiria ou para as Caldas; "esqueceu" que, muito simplesmente, ele era general, o que não está muito longe de ser de direita, mas que há muitos modos de olhar a vida, neste caso concreto a antvida que é o serviço militar. Há quem concorde com o exército como ele funciona; há quem defenda que ele deva funcionar de outra maneira; há quem diga que não deve haver exército nenhum.

IGUAIS AOS PIDES?

Quem deixa que esta massa continue à mercê da amnistia spinolista não quer ver esses 100 mil homens. Ao entregar ao respectivo secretário um abaixo-assinado dirigido ao Presidente da República, um grupo de desertores e refractários expunha-lhe a situação: tinham regressado a Portugal logo que puderam, e, mal se precataram, um estava mobilizado para Angola, vários chamados para a recruta, outro para se apresentar em tal quartel. Um dizia-lhe: "Estou convocado para daqui a três dias. Pois bem: vou apresentar-me com a mulher e os dois filhos. Eles com o alojem e lhes dêem de comer." Outro: "Comunicaram-me que tenho de embarcar amanhã para Angola. É impossível. Não vou." Outro: "Fui aprovado na inspecção. Se me chamam, como é que a minha mulher vai ganhar dinheiro, se não fala uma palavra de português?" Outro ainda: "Não me apresentei nem me apresento."

Há os que vieram e foram apanhados na armadilha. Há os que gostariam de voltar mas não podem e vêm cá pelo Natal, mês e meio. Que está a acabar.

Alá, meninos! toca a ir embora! Isto de portugueses a parte inteira é só para quem não era pide nem desertor.